

# Divergências fazem Itamar adiar ajuste de Cardoso

Fotos: Ana Araújo

A proposta de ajuste fiscal apresentada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e sua equipe, com o objetivo de reduzir o déficit do orçamento de US\$ 25 bilhões para US\$ 10 bilhões, no próximo ano, foi adiada. O governo deverá fechar primeiro a proposta de Revisão Constitucional, fortalecer-se politicamente, para depois negociar o corte de despesas e aumento de impostos para 1994 com o Congresso.

Não foi possível aprovar ontem o pacote fiscal, porque ainda subsistem pendências políticas dentro do governo. O presidente Itamar Franco determinou a Fernando Henrique que discuta primeiro suas propostas com os colegas de ministérios e líderes do governo, na busca de consenso, para depois submeter a ele (Itamar) as idéias consolidadas. Este consenso, no entanto, está distante. O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), e o ministro da Indústria e do Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, fazem oposição ao aumento de impostos e cortes de gastos. O líder do PSDB na Câmara, José Serra (SP), acha que a criação da alíquota de 35% de IR para pessoas físicas é de difícil defesa junto ao Congresso.

Além dos problemas internos no governo, a perspectiva de dificuldades para aprovação das medidas junto ao Congresso fez o ministro Fernando Henrique mudar de tática. Ele acertou com o ministro da Previdência, Antônio Britto, o adiamento do anúncio do pacote fiscal e a antecipação das medidas de Revisão Constitucional. Essa estratégia parte do pressuposto de que a Revisão Constitucional só trará resultados em 1995. Ou seja, o próximo governo colherá seus frutos. Isso dá maior autoridade e credibilidade aos ministros para defender suas propostas e aprová-las.

Com o respaldo político dessa autoridade, o governo negociaria então a revisão do orçamento de 94. Essa negociação será facilitada também pela crise que envolve membros da Comissão de Orçamento. Sem autoridade moral dos parlamentares para pressionar por suas emendas (a menos que sejam abertamente defensáveis e importantes) o equilíbrio orçamentário se tornaria mais factível, na avaliação dos ministros Fernando Henrique e Britto.

Ontem, na reunião ministerial, a equipe econômica expôs suas propostas de revisão e ajuste infraconstitucional (que não dependem de emendas, mas apenas de leis). Grande parte das emendas discutidas acenderá polêmicas, como o



Cardoso tenta convencer Itamar a aceitar alíquota de 35% para IR

fim da estabilidade do funcionalismo público, sem qualquer exceção; a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores da União (sem efeito retroativo); a redução das transferências de recursos federais para educação e do IPI para os estados exportadores; a quebra dos monopólios do petróleo, telecomunicações, transportes e energia elétrica; e a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo.

O pacote tributário de emergência não é menos polêmico. Ele propiciaria, se aprovado, o aumento de arrecadação da ordem de US\$ 8 bilhões, com o aumento do IOF e extensão da taxa para todas as aplicações financeiras e a cobrança da contribuição social sobre o lucro dos bancos. O líder do PSDB na Câmara, José Serra (SP), sugeriu que a contribuição incidisse sobre o lucro bruto e não sobre o lucro líquido, como hoje é cobrada das empresas.

A maior dificuldade, no entanto, será convencer o presidente e os parlamentares a aprovarem a criação da alíquota de 35% do IR para as pessoas físicas, com rendimentos mensais superiores a CR\$ 455 mil. Esta taxa não representa grande aumento da arrecadação e onera a classe média. Alguns parlamentares acham que Fernando Henrique só está insistindo em sua cobrança para negociá-la futuramente em troca de outra medida mais importante. Técnicos da Receita admitem essa hipótese, acrescentando que o ministro não pediu estudos sobre a alíquota de 35%. A decisão de criá-la está ao nível político, por enquanto.



Ministros, parlamentares e equipe econômica deixaram Planalto pela garagem e não deram entrevista